

ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO FEMININO NA MODALIDADE FUTSAL DA DIRETORIA DE ENSINO DE AVARÉ-SP

SIQUEIRA, Deivid Antunes ¹

ALVES, Alex Pereira. ²

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo conhecer o perfil do manifesto feminino nas escolas públicas e o preconceito que ainda é visível no ambiente escolar, mostrando também a importância e trabalhando em cima da valorização do público feminino de futsal, considerando os dados primários sobre a prática do futsal feminino.

Utilizando a metodologia de revisão de literaturas, pesquisa e dados coletados da internet, foram pesquisadas as escolas de educação em Avaré, e através de uma entrevista com a PCNP (professor coordenador do núcleo pedagógico) da diretoria de ensino, obtivemos o embasamento de quantidade de equipes masculinas e femininas registradas na região. Onde os dados coletados foram: uma equipe feminina registrada no ACD (atividade curricular desportiva), outras três equipes femininas que participaram do JEESP (jogos escolares do estado de São Paulo); quinze equipes masculinas que participaram do JEESP, sendo assim encontramos em sua maioria o futsal masculino como predominante, evidenciando assim a necessidade de reconhecimento, pois o mesmo não é só uma realidade como mostram os estudos e pesquisas na área.

O futsal feminino Escolar não é apenas um acontecimento atual, pois já tem uma história de sua prática tanto nas escolas como na vida de muitas meninas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação física escolar, Futsal feminino, Preconceito, Valorização do público Feminino.

1. INTRODUÇÃO:

As competições escolares podem ser uma ferramenta muito relevante para o incentivo da prática do esporte educacional, desta forma, identificar a participação feminina em competições de futsal e compreender os fatores que podem nortear todo seu processo de ensino e aprendizagem desde os aspectos técnico-táticos e principalmente sociais, pode contribuir para a participação feminina.

¹ Acadêmico de Licenciatura em Educação Física. FREA/FIRA – Faculdades Integradas Regionais de Avaré. 18.700-902. Avaré-SP. Davidantuness011@gmail.com

² Orientador professor Titular da FIRA – Faculdades Integradas regionais de Avaré – 18700 – 902 - Avaré – SP – Brasil – Especialista em futsal e futebol – Universidade Gama Filho – Alexed.fisica@hotmail.com

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apud Souza Junior; Darido (2002. p1) afirma que:

Talvez um dos motivos para o atraso do futebol pela mulher tenha sido devido a pouca participação e oportunidades oferecidas a elas, com uma Educação Física injusta, burguesa, branca e machista [...] (Apud Souza Darido, 2002, p.1).

2.1 CONCEITOS DE ESPORTE: INTEGRAÇÃO DE TODOS

2.2 ESPORTE EDUCACIONAL

Tubino (1992. p34) afirma que:

Esporte Educacional é responsabilidade pública assegurada pelo Estado, dentro ou fora da escola, tem como finalidade democratizar e gerar cultura esportiva, desenvolvendo o indivíduo em relações sociais e recíprocas e com a natureza, a sua formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-o para o lazer e o exercício crítico da cidadania, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária [...] (TUBINO, 1992, p.34).

Sabemos que no país onde vivemos, o futsal proporciona muito sonhos e realizações bem como conflitos no ambiente social e escolar.

Segundo Santos (2008), o futsal feminino ainda é visto com muito preconceito nas escolas e na sociedade.

Nas aulas de Educação Física, os atos de exclusão se reforçam na medida em que o contexto central é o esporte, pois sendo conteúdo generificado e generificador, já traz em seu contexto histórico a problematização de gênero, reafirmando os preconceitos estabelecidos em outros tempos, sobre a participação feminina nessas aulas.

Segundo a ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, Capítulo II - Do Direito à liberdade (ECA, 1990, p.1) Lei: 8.069:

a) Ao respeito e a dignidade. Art. 16 – O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: IV - brincar, praticar esportes e divertir-se.

Segundo consta na Constituição –1988 Art. 217:

a) Todo cidadão tem direito a prática esportiva.

Segundo Silveira apud Pini (1983) a recepção oficial da mulher nos esportes de maneira geral, ocorreu em Amsterdã no ano de 1928, com a participação pela primeira vez nos Jogos

Olímpicos. Desde então, a mulher participou oficialmente de um grande número de modalidades esportivas. No Brasil, em 1941, ocorreu uma proibição da mulher em participar de algumas modalidades esportivas e só na década de 80 foi revogada (Silveira citado por Pini, 1983). No dia oito de janeiro de 1983, o Conselho Nacional de Desporto (CND), liberou a prática do Futebol e Futsal para as mulheres e a partir desta data, vários campeonatos surgiram em muitos estados, porém nenhum deles oficializado pela Confederação Brasileira de Futsal (CBFS), sendo que alguns estados já realizavam seus próprios campeonatos locais e metropolitanos (SANCHES;BORIM, 2006).

A partir de 1992, os estaduais são organizados em quase todos os estados, onde os campeões de cada estado garantem a vaga para a Taça Brasil do ano seguinte. As equipes de São Paulo são as que mais têm títulos conquistados na Taça Brasil, com a equipe da Marvel de Santos em primeiro e seguido da Associação Sabesp de São Paulo (SANCHES; BORIM, 2006). Em 2001, novos campeonatos foram realizados para atletas juvenis e com eles, um trabalho de base mais efetiva surgiu. Em dezembro deste mesmo ano, ocorre a convocação da 1ª Seleção Brasileira de Futsal Feminino para um desafio internacional contra o Paraguai, tendo como técnica Maria Cristina Oliveira (Moreira Júnior e Colaboradores, 2006). Em 2002, foi realizado o primeiro Brasileiro de Seleções Feminino em São Paulo, onde a Seleção Paulista foi campeã de forma invicta (Futsal Brasil, 2008). Foi a partir de 2003, que o Rio Grande do Sul com as equipes do Chimarrão de Estância Velha e Santa Catarina com o Kindermann, passaram a conquistar títulos nacionais (SANCHES; BORIM, 2006). Ainda em 2003, surgiram as competições de categorias de base de âmbito nacional: sub-15, sub-17, sub-20 e adulto, onde os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina foram os que mais participaram. A CBFS organiza a 1ª competição Taça Brasil de Clubes, para as categorias menores do sub20. Em 2004, com o sucesso da competição do sub-20, ocorre à criação da I Taça Brasil de Clubes sub-15 (SANCHES;BORIM 2006).

Em relação à prática do futebol/futsal feminino, optou-se por esse tema, uma vez que se trata de uma conquista recente, em que se confere a invisibilidade e valores negativos, como o preconceito e estereotipia. Apesar das mulheres protagonizarem histórias, seja na mídia esportiva, no cotidiano dos clubes e associações esportivas, na Educação Física escolar ou nas políticas públicas de lazer, é uma temática ainda a ser explorada pelos estudiosos (FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2005; ADELMAN, 2003; DARIDO, 2002).

No contexto do início da prática do futebol/futsal feminino no Brasil não é possível deixar de lado o papel desempenhado pela mídia. “Certamente, por interesses econômicos e não na tentativa de romper com os valores sexistas e discriminadores”, em meados da década

de 1980, a televisão passou a exibir os jogos de futebol feminino (DARIDO, 2002, p.3) e tem interesse em atribuir maior projeção ao futsal feminino, diante da relevância política desse esporte na busca pela participação olímpica (SANTANA; REIS, 2003)

O fato de existir a superioridade masculina sobre as mulheres no futebol e a sociedade normatizar o que deve ser a sexualidade feminina: mulher é frágil, sensível e passiva, acaba reproduzindo uma atitude homofóbica, no momento em que desvaloriza a categoria, no caso as mulheres, por não se configurarem ao “normal” e as estigmatiza, como não sendo mulheres normais e são associadas aos homens (WELZER-LANG, 2001).

Daólio (2003) afirma que “[...] a ação do professor de Educação Física, por mais progressista que seja ainda não se liberou da dicotomia criada culturalmente entre o masculino e feminino”, como exemplo, a prática do futebol feminino dentro da aula de Educação Física ainda é vista com olhar de exclusão pelos professores e conseqüentemente pelos próprios alunos, em alguns casos (DAÓLIO, 2003, p.104).

A legislação contribuiu para que o processo de entrada da mulher no esporte mais praticado no país se desse apenas no final da década de 1980. Durante a ditadura militar, o Conselho Nacional de Desporto (CND), através da resolução número 7/65, proibiu as mulheres de praticarem lutas, futebol, pólo aquático, pólo, rugby e baseball. Médicos que na época se dedicavam à medicina esportiva e que escreviam artigos nos jornais alertavam sobre as conseqüências traumáticas e o comprometimento dos órgãos de reprodução se esta prática esportiva fosse adotada pelas mulheres. Somente em 1986, o CND reconheceu a necessidade de estímulo à participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas do país (FRANZINI, 2005).

Como exemplo a essa participação crescente do futebol feminino, os Jogos Panamericanos Rio (2007) mostraram a capacidade das meninas da seleção brasileira ao conquistarem a medalha de ouro na competição e mais recente ainda, a mesma seleção conquistou o inédito vice-campeonato mundial de futebol feminino 13 (2007) e a medalha de prata nas Olimpíadas de Pequim (2008). No final de 2006 foi amplamente divulgada, nos meios de comunicação, uma importante motivação para o futebol feminino, o prêmio de melhor jogadora do mundo da FIFA atribuído à brasileira Marta Vieira da Silva (que joga na Europa).

As reflexões de Louro (1999) sobre a questão das diferenças em relação ao gênero mostram que as distinções entre homens e mulheres têm sido provadas através de explicações das teorias. Características físicas, psicológicas, comportamentais, habilidades, talentos e

capacidades, “[...] são utilizadas para justificar os lugares sociais, os destinos e as possibilidades próprios de cada gênero” (LOURO, 1999, p. 85).

Os resultados de sua pesquisa mostraram que o medo de uma aproximação fora do espaço de convívio e de uma possível associação à imagem homossexual “[...] faz com que muitos afirmem não manter contato com ‘essa pessoa’ fora desse ambiente, chegando-se a afirmar inclusive que convivem ‘não como amigos, mas como colegas’” (LIMA, 2006, p. 60).

Por fim, ainda que em menor proporção que o masculino, a sociedade já começa a sentir o aumento da representatividade da mulher futsalonista, com isso, cresce cada vez mais o interesse do gênero feminino pelo Futsal. A atleta que tiver um aprendizado coerente com os objetivos, conteúdos e metodologia; tiver apoio e aprovação da família; um técnico preocupado com o desenvolvimento de trabalho técnico/tático, com certeza praticará o Futsal com mais sucesso do que as atletas que não tenham o mesmo estímulo de aprendizagem (RIBEIRO, 2007).

Os grupos de praticantes são conhecidos por clãs, os homens são chamados (traceurs) e as mulheres (traceuses), isso devido a origem francesa. Sabemos que no país onde vivemos, o futsal proporciona muito sonhos e realizações bem como conflitos no ambiente social e escolar.

Segundo Santos (2008), o futsal feminino ainda é visto com muito preconceito nas escolas e na sociedade.

Nas aulas de Educação Física, os atos de exclusão se reforçam na medida em que o contexto central é o esporte, pois sendo conteúdo generificado e generificador, já traz em seu contexto histórico a problematização de gênero, reafirmando os preconceitos estabelecidos em outros tempos, sobre a participação feminina nessas aulas.

Segundo o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, Capítulo II - Do Direito à liberdade:

a) Ao respeito e a dignidade. Art. 16 – O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: IV - brincar, praticar esportes e divertir-se.

Segundo consta na Constituição –1988 Art. 217:

a) Todo cidadão tem direito a prática esportiva.

Segundo Pini (1983) a recepção oficial da mulher nos esportes de maneira geral, ocorreu em Amsterdã no ano de 1928, com a participação pela primeira vez nos Jogos Olímpicos. Desde então, a mulher participou oficialmente de um grande número de modalidades esportivas. No Brasil, em 1941, ocorreu uma proibição da mulher em participar de algumas modalidades esportivas e só na década de 80 foi revogada.

No dia oito de janeiro de 1983, o CND (Conselho Nacional de Desporto), liberou a prática do Futebol e Futsal para as mulheres e a partir desta data, vários campeonatos surgiram em muitos estados, porém nenhum deles oficializado pela Confederação Brasileira de Futsal (CBFS), sendo que alguns estados já realizavam seus próprios campeonatos locais e metropolitanos (SANCHES; BORIM, 2006).

A partir de 1992, os estaduais são organizados em quase todos os estados, onde os campeões de cada estado garantem a vaga para a Taça Brasil do ano seguinte. As equipes de São Paulo são as que mais têm títulos conquistados na Taça Brasil, com a equipe da Marvel de Santos em primeiro e seguido da Associação Sabesp de São Paulo (Sanches e Borin, 2006). Em 2001, novos campeonatos foram realizados para atletas juvenis e com eles, um trabalho de base mais efetivo surgiu. Em dezembro deste mesmo ano, ocorre a convocação da 1ª Seleção Brasileira de Futsal Feminino para um desafio internacional contra o Paraguai, tendo como técnica Maria Cristina Oliveira (Moreira Júnior e Colaboradores, 2006). Em 2002, foi realizado o primeiro Brasileiro de Seleções Feminino em São Paulo, onde a Seleção Paulista foi campeã de forma invicta (Futsal Brasil, 2008). Foi a partir de 2003, que o Rio Grande do Sul com as equipes do Chimarrão de Estância Velha e Santa Catarina com o Kindermann, passaram a conquistar títulos nacionais (Sanches e Borin, 2006). Ainda em 2003, surgiram as competições de categorias de base de âmbito nacional: sub-15, sub-17, sub-20 e adulto, onde os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina foram os que mais participaram. A CBFS organiza a 1ª competição Taça Brasil de Clubes, para as categorias menores do sub20. Em 2004, com o sucesso da competição do sub-20, ocorre à criação da I Taça Brasil de Clubes sub-15 (Sanches e Borin, 2006).

Em relação à prática do futebol/futsal feminino, optou-se por esse tema, uma vez que se trata de uma conquista recente, em que se confere a invisibilidade e valores negativos, como o preconceito e estereotípi. Apesar das mulheres protagonizarem histórias, seja na mídia esportiva, no cotidiano dos clubes e associações esportivas, na Educação Física escolar ou nas políticas públicas de lazer, é uma temática ainda a ser explorada pelos estudiosos (FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2005; ADELMAN, 2003; DARIDO, 2002).

No contexto do início da prática do futebol/futsal feminino no Brasil não é possível deixar de lado o papel desempenhado pela mídia. “Certamente, por interesses econômicos e não na tentativa de romper com os valores sexistas e discriminadores”, em meados da década de 1980, a televisão passou a exibir os jogos de futebol feminino (DARIDO, 2002, p.3) e tem interesse em atribuir maior projeção ao futsal feminino, diante da relevância política desse esporte na busca pela participação olímpica (SANTANA; REIS, 2003)

O fato de existir a superioridade masculina sobre as mulheres no futebol e a sociedade normatizar o que deve ser a sexualidade feminina: mulher é frágil, sensível e passiva, acaba reproduzindo uma atitude homofóbica, no momento em que desvaloriza a categoria, no caso as mulheres, por não se configurarem ao “normal” e as estigmatiza, como não sendo mulheres normais e são associadas aos homens (WELZER-LANG, 2001).

Jocimar Daólio (1995) afirma que “[...] a ação do professor de Educação Física, por mais progressista que seja ainda não se liberou da dicotomia criada culturalmente entre o masculino e feminino”, como exemplo, a prática do futebol feminino dentro da aula de Educação Física ainda é vista com olhar de exclusão pelos professores e conseqüentemente pelos próprios alunos, em alguns casos (DAÓLIO, 1995, p.104).

A legislação contribuiu para que o processo de entrada da mulher no esporte mais praticado no país se desse apenas no final da década de 1980. Durante a ditadura militar, o Conselho Nacional de Desporto (CND), através da resolução número 7/65, proibiu as mulheres de praticarem lutas, futebol, pólo aquático, pólo, rugby e baseball. Médicos que na época se dedicavam à medicina esportiva e que escreviam artigos nos jornais, alertavam sobre as conseqüências traumáticas e o comprometimento dos órgãos de reprodução se esta prática esportiva fosse adotada pelas mulheres. Somente em 1986, o CND reconheceu a necessidade de estímulo à participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas do país (FRANZINI, 2005).

Como exemplo a essa participação crescente do futebol feminino, os Jogos Panamericanos Rio (2007) mostraram a capacidade das meninas da seleção brasileira ao conquistarem a medalha de ouro na competição e mais recente ainda, a mesma seleção conquistou o inédito vice-campeonato mundial de futebol feminino 13 (2007) e a medalha de prata nas Olimpíadas de Pequim (2008). No final de 2006 foi amplamente divulgada, nos meios de comunicação, uma importante motivação para o futebol feminino, o prêmio de melhor jogadora do mundo da FIFA atribuído à brasileira Marta Vieira da Silva (que joga na Europa).

As reflexões de Louro (1999) sobre a questão das diferenças em relação ao gênero mostram que as distinções entre homens e mulheres têm sido provadas através de explicações das teorias. Características físicas, psicológicas, comportamentais, habilidades, talentos e capacidades, “[...] são utilizadas para justificar os lugares sociais, os destinos e as possibilidades próprios de cada gênero” (LOURO, 1999, p. 85).

Os resultados de sua pesquisa mostraram que o medo de uma aproximação fora do espaço de convívio e de uma possível associação à imagem homossexual “[...] faz com que

muitos afirmem não manter contato com 'essa pessoa' fora desse ambiente, chegando-se a afirmar inclusive que convivem 'não como amigos, mas como colegas' ” (LIMA, 2006, p. 60).

Por fim, ainda que em menor proporção que o masculino, a sociedade já começa a sentir o aumento da representatividade da mulher futsalonista, com isso, cresce cada vez mais o interesse do gênero feminino pelo Futsal. A atleta que tiver um aprendizado coerente com os objetivos, conteúdos e metodologia; tiver apoio e aprovação da família; um técnico preocupado com o desenvolvimento de trabalho técnico/tático, com certeza praticará o Futsal com mais sucesso do que as atletas que não tenham o mesmo estímulo de aprendizagem (RIBEIRO, 2007).

3. FUTSAL FEMININO E AS SUAS CONDIÇÕES

Desde muito tempo, é observado o preconceito criado no que diz respeito à participação feminina nos esportes. No ano de 1941, segundo o Conselho Nacional de Desportos (CND), instituiu o seguinte artigo:

a) Art. 54: Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos (CND) baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (Decreto-Lei 31199 de 14 de abril de 1941).

Para elas, falta investimento no futsal feminino, principalmente se comparado ao que o time de futsal masculino da mesma cidade recebe. Uma das atletas afirmou que, embora o futsal feminino tenha melhores resultados do que o masculino naquele município, elas não conseguem apoio e visibilidade compatíveis. (MARCARANI, et. al, 2017).

4. METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica, com pesquisas em livros, artigos científicos e sites científicos como, Google acadêmico e scielo.

5. RESULTADOS E DISCUSÕES

Foi elaborada uma entrevista com a coordenadora, para ciência sobre a quantidade de equipes femininas e masculinas em relação às competições que serão realizadas no ano de 2019. As perguntas foram formuladas de acordo com o conteúdo abordado e seguem abaixo para indagações.

1 – Como é visto o futsal feminino no ambiente escolar?

Não tenho participação direta no futsal feminino no ambiente escolar, ficando esta pergunta diretamente ligada aos professores que trabalham nesses ambientes. O que vejo é a baixa participação das equipes femininas nos jogos escolares.

2 – Existem equipes ou turmas de treinamentos regularmente nas escolas?

Somente uma equipe é registrada no ACD na cidade de Itai / SP.

3 – Quantas equipes masculinas?

Quinze equipes participantes dos jogos escolares.

4 – Quantas equipes femininas participaram dos (JEESP) edição 2019?

Quatro equipes participantes.

Sabemos que se tratar da inclusão feminina nos esportes como protagonistas dividindo o mesmo espaço e sendo importantes quanto a tal, é um assunto bem complexo nos dias atuais.

Mas também deve haver a conscientização de todos, ambiente familiar, escolar e social para que possamos respeitar os lados de maneira igual e positiva. E isso cabe a nós professores, mostrar de forma qualitativa criando, investigando maneiras de inclusão dentro desse ambiente relacionado.

5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Somos o país do futebol, onde vivenciamos vitórias, derrotas, alegrias, tristezas, dificuldades e preconceito. E que não podemos deixar de trabalhar em cima da educação, respeito e amor aos outros.

O Futsal Feminino Escolar tem conquistado seu espaço ao longo dos anos e para a comprovação desta afirmação, utilizamos pesquisas com base em estudo realizadas, que fossem de fácil assimilação por parte de todos, para que posteriormente os resultados pudessem ser apresentados também de maneira simples e objetiva.

Por fim, desta discussão sobre os resultados encontrados, cabe constatar que segundo as pesquisas, o Futsal Feminino Escolar é uma realidade. Os resultados de cada dado pesquisado comprovam a afirmação inicial deste trabalho.

5.2 REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. **Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2003. Acesso em: 05 jun. de 2019.

BRASIL. **Casa Civil. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 jun. de 2019.

DARIDO, Suraya Cristina. **Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica**. Revista Motriz, Rio Claro, 2002. Acesso em 04 jun. de 2019.

DAÓLIO, Jocimar. **Cultura: educação física e futebol. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2003**. Acesso em 13 mai. de 2019.

EDUCA MAIS BRASIL. **Futsal. 2017**. São Paulo. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/educacao-fisica/futsal>>. Acesso em 25 jun. de 2019.

FRANZINI, Fábio. **"Futebol é 'coisa para macho'? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol"**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 25, n. 50, 2005. Acesso em 23 jun. de 2019.

FURLAN, Cássia C; SANTOS, Patrícia L. **Futebol feminino e as barreiras dos sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade**. Maringá. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2008n30p28/11509>>. Acesso em 17 jun. de 2019.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, 2005. Acesso em 23 jun de 2019.

JUNIOR, Osmar M; DARIDO, Soraya C. **A Prática do Futebol Feminino no Ensino Fundamental**. Rio Claro. 2002. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/08n1/Moreira.pdf>>. Acesso em 10 jun. de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: _____ (org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Acesso em 24 mai de 2019.

LIMA, Francis Madlener de. **O discurso sobre a homossexualidade no universo escolar: um estudo no curso de licenciatura em Educação Física**. Dissertação (Mestrado em Educação Física), UFPR, Curitiba, 2006. Acesso em 20 mai de 2019.

MARCARANI, et. al, 2017. **Criado no Uruguai o esporte inicialmente foi chamado de 'Indoor Football'**. São Paulo. 2013. Disponível em: <www.educamaisbrasil.com.br. Acesso em 24 mai de 2019.

PINI, Mario Carvalho. **A mulher no esporte**. Fisiologia esportiva. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983. Acesso em 05 mai de 2019.

RIBEIRO, M. **Educação do campo: a emergência de contradições**. In: GRACINDO, R.V. (Org.). Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília, DF: Líber Livro, 2007. p. 153-170. Acesso em 30 mar de 2019.

SANTANA, Wilton Carlos de; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Futsal feminino: perfil e implicações pedagógicas**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília, v. 11, n. 4, p. 45-50, out./dez. 2003. Acesso em 30 mar de 2019.

SANCHES, V.C.; Borim, J.M.. **História e Evolução do Futsal Feminino no Brasil e no Paraná**. 2006. Disponível em: <http://www2.unopar.br/unopar/sites/futsal_feminino/complementos/historia_futsal.pdf> Acesso em 10 jun. 2019.

STEFANON, Nayara M; SILVA, Eduardo R. **Futsal feminino e questões sobre sua aplicabilidade**. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd185/futsal-feminino-e-sua-aplicabilidade.htm>>. Acesso em 13 jun. de 2019.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 2001. Acesso em 05 mai de 2019.